

AS BENFEITORIAS RURAIS NO CONTEXTO DA AGROECOLOGIA E DA SUSTENTABILIDADE; NECESSIDADE DE VISÃO HOLÍSTICA DENTRO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Taísa Marotta Brosler¹
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²
Ricardo Serra Borsatto³

INTRODUÇÃO

Os Assentamentos de Reforma Agrária, constituídos frente à demanda da sociedade excluída dos modelos de desenvolvimento e de modernização da agricultura, apresentam-se como mais um local de diversidades do rural brasileiro.

Com a questão do meio ambiente colocada como um fator chave na função das populações rurais, como “guardiãs” do mesmo, esta é inserida no contexto de vida dos assentados. Isto se torna uma busca diária nas transformações dos conhecimentos locais para atender os requisitos legais e também as expectativas sustentáveis de manejo do solo, assim como o resguardo da biodiversidade local.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em sua bandeira de luta, assume a questão ambiental, buscando a preservação e conservação da natureza, com políticas de Agroecologia e Reflorestamento.

Observa-se, também, dentro da política de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), princípios que buscam propor, dentro do assentamento, atividades direcionadas ao Desenvolvimento Sustentável.

Nesse caso, as ações estão direcionadas às práticas agrícolas, deixando de lado, por exemplo, as construções existentes no local. Na construção da moradia, que se constitui o lócus central da reprodução da família, esses princípios não são, via de regra, considerados.

Em função disto, este texto pretende suscitar a discussão sobre a necessidade de uma visão holística dentro do contexto de Agroecologia e da Sustentabilidade, pensando nas diretrizes da construção das benfeitorias em um Assentamento de Reforma Agrária. Metodologicamente, o desenvolvimento desta discussão se dará através de uma reflexão

¹ Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP, taisamb@terra.com.br

² Professora Titular, Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP, sonia@feagri.unicamp.br

³ Professor Associado do Curso de Tecnologia em Agronegócio, FATEC Itapetininga, rsborsat@ig.com.br

teórica baseada nos parâmetros agroecológicos e ambientais como alternativas para o meio rural.

Nova ruralidade – agricultor familiar como “guardião” do meio ambiente

A nova ruralidade é trazida para reflexão quando, na década de 90, prevalece uma nova visão do urbano com relação ao rural, dentro da percepção dos processos de “recomposição dos espaços rurais” (FERREIRA, 2002) contrapondo a idéia do desaparecimento do rural, este se articulando frente às novas necessidades tanto do urbano quanto de modificações internas para a conquista de espaço no mercado.

Nessa articulação, observa-se o meio rural como um espaço diversificado, sendo, em um primeiro momento, valorizado como paisagem a ser manejada e preservada (FERREIRA, 2002). A visão do urbano sobre o rural se modifica por novos valores e pela percepção conjunta à crise da agricultura, nas dimensões econômica, social e ambiental.

“A noção de ‘crise ambiental’ e as preocupações daí derivadas fazem ressurgir a problemática da natureza e remetem à resignificação dos espaços ocupados, promovendo demandas pela multifuncionalidade do espaço rural, que se propõe como lugar de consumo, residência, lazer, turismo, esportes etc., além das tradicionais funções da produção agropecuária e alimentar.” (FROEHLICH e MONTEIRO, 2002, p. 305)

Essa diversificação é observada pela revitalização demográfica do meio rural, um crescimento dissociado do agrícola, da produção em si, sendo visado como lugar residencial por parte da população urbana, que enxerga no campo uma fonte de lazer, turismo e contato com a natureza. (FERREIRA, 2002; GRAZIANO DA SILVA, 1997).

Além disso, observa-se, na última década, um aumento das ocupações não-agrícolas no meio rural (CAMPANHOLA E GRAZIANO DA SILVA, 2000), ocasionando transformações e questões levantadas com mais seriedade e persistência nos núcleos de discussões em todo o país, mais fortemente dentro dos movimentos sociais, e a afirmação de se buscar soluções para os problemas rurais.

Com essa modificação, esse novo rural traz, como consequência, um conceito novo de desenvolvimento local. O urbano modela o rural com as suas necessidades, ao

mesmo tempo em que o rural vem trazer as suas particularidades culturais, relações sociais e econômicas, estreitando a relação entre produtor e consumidor.

A relação campo e cidade se transforma com esta nova necessidade, no sentido de compreender o espaço rural relacionando-o à estreita vinculação com os recursos naturais, com o manejo dos mesmos e, concretamente, a vinculação da sociedade com a própria natureza. Essa relação é percebida pela valorização da população urbana na conceitualização do rural e do seu “povo”.

“(...) os recursos naturais e culturais locais são agora explicitamente percebidos como fatores que podem favorecer o desenvolvimento local, inclusive em sua dimensão econômica, ao se constituir como fonte de emprego e de renda para parte significativa da população (...)” (WANDERLEY, 2000, p. 117-118)

A agricultura familiar mostra-se capaz de se constituir polivalente e pluriativo (WANDERLEY, 2001), na promoção de arranjos locais que permitem a mesma viabilizar respostas a esse nicho econômico emergente e continuar o seu trabalho, na sua terra. Sua função é fundamentalmente de diversificação nas gerações de renda, de adaptação conjuntamente com a conservação da cultura, verificada na grande massa de agricultores familiares que buscam saídas dentro desta nova realidade de mercado.

A principal saída encontrada pela agricultura familiar está na valorização da própria identidade como representante frente ao mundo urbano, fazendo com que se auto-reconheça como necessária e busque sua função no todo.

“Á medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado – e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover - , vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade.” (ABRAMOVAY, 2000, p. 9)

O agricultor familiar, como sujeito cognitivo, é traduzido por sua relação intrínseca com a natureza. Segundo Wanderley (2000), do ponto de vista sociológico, quando se fala em rural, emerge a característica principal da relação dos “habitantes do campo” com a natureza, a qual se estabelece por meio do trabalho e de moradia.

Com isso, a sua identidade, a sua representatividade reflete, indubitavelmente, a função de valorização do ambiente, dada a capacidade de destacar a cultura e a

diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural.

Como “guardião” do meio ambiente, a agricultura familiar contribui para uma reorganização social e econômica local, com a participação direta e indiretamente da população rural nas suas atividades.

Os Assentamentos Rurais – e seus mediadores

Dentro do contexto de agricultura familiar, caracterizando-a pela diversidade existente no meio rural brasileiro, encontram-se os Assentamentos Rurais, sendo áreas delimitadas pelo Estado a título de Reforma Agrária.

A implantação dos assentamentos rurais no Brasil se deu de forma diferenciada durante a sua história, sendo resultado de luta de uma parcela significativa da sociedade excluída dos modelos de desenvolvimento e de modernização da agricultura.

A agricultura familiar dentro dos assentamentos rurais é considerada, por Moreira (1998), como resultante de um processo social distinto daquele agricultor familiar que não é considerado assentado. Pois, a agricultura familiar

“(...) refere-se a “formas sociais já constituídas”, portanto já integradas e sujeitas à lógica competitiva dessa integração, a noção de assentamentos rurais está associada ao processo social e político de acesso à terra e de “constituição de novas formas sociais” de organização produtiva e de integração social.” (MOREIRA, 1998, p. 198)

Os agricultores, enquanto se constituem como assentados, se deparam com uma realidade permeada por interferências de atores envolvidos com o processo de Reforma Agrária, tanto de representantes do Estado como os próprios movimentos sociais e ONGs, fazendo com que suas ações no campo não se instituem, somente, pela decisão da família. Com isso, a representação desse sujeito do meio rural, como “guardião” do meio ambiente, será afirmada com mais proeminência do que no âmbito geral da agricultura familiar. Pois,

“(...) espera-se dessas famílias êxito e sucesso, com parâmetros de exigências economicistas definidos por outros grupos, a priori, principalmente pelo Estado e também pelos mediadores da luta pela terra.” (NEVES, 2008, p. 154)

Sendo inserida no contexto de vida dos assentados, essa função se torna uma busca diária nas transformações dos conhecimentos locais para atender os requisitos legais e também as expectativas sustentáveis de manejo do solo, assim como o resguardo da biodiversidade local.

Nos Assentamentos Rurais os mediadores são representados, com maior presença, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e, no estado de São Paulo, pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Estes fazem o papel de interlocutores da busca por sustentabilidade em cada ação, principalmente no meio rural, orientando-as para os discursos de Desenvolvimento Rural Sustentável⁴.

Observa-se que a preocupação com a questão ambiental dentro dos assentamentos rurais não é de hoje, como apresenta Bergamasco (1996). Porém, a atuação dos mediadores com a promoção desse discurso se faz recente, como é constatado no próprio MST, o qual traz, nos últimos anos, a questão da sustentabilidade em sua bandeira de luta, buscando a preservação e conservação da natureza, com políticas de Agroecologia e Reflorestamento.

“Uma mudança interessante a se observar é aquela que ocorreu no discurso e na prática do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: com contradições e ambigüidades, hoje a questão ecológica se tornou tema de discussão programática desse movimento social.”
(FERREIRA, 2002, p. 38, **grifos nossos**)

Esse discurso foi se modificando ao passo que o próprio conceito de desenvolvimento rural sustentável ganhava força após o segundo Congresso Nacional do MST, em 1995, como percepção de oportunidade de fortalecimento da agricultura familiar. A sustentabilidade foi inserida nas práticas ambientais dentro dos assentamentos rurais, observadas as preocupações iniciais com o reflorestamento de áreas de Reserva Legal (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), na constituição de viveiros coletivos para criação de mudas, bem como o uso adequado da água.

No recente Congresso Nacional do MST, em 2000, o discurso da Agroecologia toma frente com a abordagem de três dimensões: ambiental, cultural e política (COSTA

⁴ Entendendo-se por Desenvolvimento Rural Sustentável como um Desenvolvimento Rural com inclusão das dimensões ambientais, como de fato ocorreu após a “crise ambiental”. (NAVARRO, 2001).

NETO e CANAVESI, 2002). As ações, no que consta a formação dos assentamentos, são orientadas a considerar os processos culturais dos assentados e, a partir disso, desenvolver os sistemas agrícolas com preceitos agroecológicos; à exemplo do projeto *Diálogo de saberes* do MST-RJ (TONÁ e GUHUR, 2009).

Essa atuação, na transição agroecológica, é relatada por Borsatto *et al* (2007), em que a Agroecologia, na atuação do MST, proporciona aos assentados

“(...) a construção de novas práticas e experiências no campo, que por sua vez, contribuem com subsídios para reposicionar, em um novo patamar, as discussões sobre a relação do ser humano com a terra (...)”
(BORSATTO *et al*, 2007, p. 20)

As mesmas discussões estão postas na política de reforma agrária do INCRA e do ITESP, determinadas a se propor, dentro do assentamento, atividades direcionadas ao Desenvolvimento Sustentável, e, com a nova PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), qual foi decretada no início deste ano⁵, é legitimada a ação da Extensão Rural pautada nos princípios agroecológicos.

Observa-se que, no INCRA, as discussões estão no patamar de orientar a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA), onde os técnicos levarão ao campo as diretrizes aqui constituídas. O Desenvolvimento Sustentável é reforçado como caminho a ser seguido, sendo relatado pelo presidente do INCRA, Rodolf Hackbart, como necessidade para que haja justiça social no país.

“Uma sociedade que não se empenha em gerar renda, produzir alimentos para o seu povo, proteger os seus recursos naturais, dentre outros aspectos, não pode ser considerada, moderna, desenvolvida e justa.” (HACKBART, s/d, p. 1)

Além disso, a Agroecologia entra, definitivamente, no centro da política de desenvolvimento dos projetos de reforma agrária, conduzidos pelo INCRA, onde os técnicos trabalham, no campo, para “a transformação do modelo tecnológico de produção das famílias assentadas para a agroecologia”. Vista como fundamental para o avanço da reforma agrária, possibilitando a visibilidade da agricultura familiar e da importância do meio ambiente. (INCRA, 2010).

⁵ Decreto Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

O ITESP apresenta a busca constante de atuação dentro dos parâmetros do Desenvolvimento Sustentável, como é mostrado por Alves Sobrinho e Fagnani (2009), o qual é permeado pelos “limites de ação do Estado” e também por seus extensionistas.

“A promoção, construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável para as comunidades assentadas pode ser feita a partir de ações de extensão rural. (...) Os graus e os níveis são estabelecidos pelo Estado através de sua instituição de ATER (...)”
(ALVES SOBRINHO e FAGNANI, 2009, p. 54)

A questão da Agroecologia, dentro das ações do ITESP, pode ser verificada com o grau de incentivo com que essa Fundação está proporcionando para seus técnicos, bem como para o público presente nos assentamentos rurais, diversas atividades direcionadas que compõem um modelo de desenvolvimento sustentável⁶.

Na agroecologia, mais especificamente, a ação está nas capacitações, como a ocorrida durante o ano de 2004, em que se objetivava o oferecimento de conceitos e “práticas para subsidiar a discussão e implementação de uma agricultura sustentável nos aspectos ambiental, econômico, social, político e cultural.”. Sendo capacitados a iniciarem um processo de transição do sistema produtivo convencional para um de base agroecológica. (ITESP, 2003)

Mesmo as instituições posicionando-se, em suas políticas, com orientações ao Desenvolvimento Rural Sustentável e à transição agroecológica, as ações dos extensionistas estão, no presente, permeadas pela nova PNATER.

Os objetivos dessa política propõem estimular e apoiar iniciativas que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras; tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações. Em seus objetivos mais específicos adotam-se como horizontes norteadores de projetos no campo: o contribuir para a melhoria da renda, a segurança alimentar, a diversificação da produção, visa potencializar processos de inclusão e de fortalecimento da cidadania por meio de ação integrada que tenham em conta as dimensões ética, social, política, econômica, cultural, econômica e ambiental da sustentabilidade.

⁶ <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/faq.aspx> Perguntas frequentes. Acesso em 22 mai 2010.

Nesse novo contexto, o termo “extensão” ganha novo significado, conforme Caporal (2003) que o aborda como “Extensão Rural Agroecológica”, sendo um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias que permitam o desenvolvimento de uma prática social no qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a agir conscientemente sobre a realidade. Com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adota-se os princípios teóricos da Agroecologia, como critério norteador das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural dos envolvidos no processo.

Agroecologia e Sustentabilidade – necessidade de visão holística

A Agroecologia e a Sustentabilidade podem ser compreendidas como discursos em que se prevalece a valorização do potencial local, tanto no reconhecimento dos saberes quanto no respeito às particularidades físicas e ambientais do meio.

Sabe-se que a agroecologia participa na reconstrução de 6 dimensões, como apresentam Caporal e Costabeber (2002), sendo estas: *dimensão ecológica*, na abordagem holística e num enfoque sistêmico, tratamento integral a todos os elementos do agroecossistema que venham a ser impactados pela ação humana; *dimensão social*, administrar os “recursos da casa”; *dimensão econômica*, balanços agroenergéticos positivos, reprodução social da família (aspectos não contabilizado no econômico); *dimensão cultural*, saberes, conhecimentos e valores locais, identidade cultural; *dimensão política*, processos participativos e democráticos, redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural; e *dimensão ética*, adoção de novos valores, não homogêneos, com respeito à preservação do meio ambiente.

Segundo Carmo *et al* (2008), a agroecologia é considerada um campo do conhecimento, de investigação científica e pode ser utilizada como ferramenta de intervenção na realidade. Sua premissa está sustentada por três pilares básicos: co-evolução, potencial endógeno e a participação. (CARMO *et al*, 2008).

Já Costa Neto e Canavesi (2002) apresentam a agroecologia erigida de dois pilares:

“(...) noção de sistemas e reconhecimento da significação dos saberes tradicionais da agricultura não cientificamente especializada, praticada com base em influências socioculturais.” (COSTA NETO e CANAVESI, 2002, p. 204)

Em resumo, esta corresponde

“(...) à aplicação interativa de conceitos e princípios da ecologia, da agronomia, da sociologia, da antropologia, da comunicação, da economia ecológica e de outras áreas do conhecimento científico, no redesenho e manejo de agroecossistemas que sejam sustentáveis ao longo do tempo (...)” (MOREIRA e CARMO, 2004, p. 47)

A sustentabilidade é inserida no contexto agroecológico como norteadora na transição de uma agricultura convencional a outra em que há a preocupação maior com os impactos ambientais.

“Desde a Agroecologia, a sustentabilidade deve ser vista, estudada e proposta como sendo uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes dimensões (...)” (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 75)

Adota-se, como premissa para a discussão presente, a sustentabilidade entendida e atuada segundo Sachs (1993), em que as dimensões são: **sustentabilidade social**, com a construção de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e bens; **econômica**, com alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e de fluxo constante de investimentos públicos e privados; **ecológica**, se pensando na eficiência de processos e na conservação do meio ambiente e diversidade; **espacial**, com a configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e atividades econômicas; e **cultural**, com a tradução do conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Quando se analisa, no âmbito geral, as dimensões citadas, observa-se que as mesmas abrangem toda uma compreensão sistêmica e holística de um local, onde são consideradas relações entre diversos fatores para resultar numa ação em que prevaleça o equilíbrio do sistema como um todo.

Porém, na prática, suas atuações se voltam somente para a produção agrícola, não a compreendendo como parte de um sistema maior representada pela unidade familiar ou, no caso, o próprio assentamento.

Mesmo quando a Agroecologia é posicionada como orientadora das práticas da PNATER, esta se vale apenas para nortear as atividades de caráter agrícola. Os princípios agroecológicos são inseridos na política para contrapor as técnicas utilizadas até então no meio rural, e que vão de acordo com os “pacotes” da Revolução Verde, que trazem em si os impactos ambientais, culturais e sociais.

Como lembra Lima (2006), a perspectiva agroecológica tem em sua estratégia a natureza sistêmica, considera como sua diversidade a propriedade, a organização comunitária e as relações das sociedades rurais articuladas com a dimensão local.

Entende-se por sistemas a concepção de *soft-systems*, no qual Pinheiro (s/d) expõe como sendo uma análise não só dos objetos físicos (característicos de sistemas de produção), mas com foco nos sujeitos (seres vivos, principalmente humanos), e, sobretudo, nas relações que caracterizam estes sistemas e as interações destes com o ambiente.

A visão holística compreende um paradigma de percepção da realidade que abrange os processos de aquisição do conhecimento desenvolvidos pelo homem numa dimensão de compreensão integral dos fenômenos, quer dizer, ultrapassar o conhecimento compartimentado realizado hoje pela ciência e aliar a ele a experiência entre sujeitos, entre diversas áreas do conhecimento.⁷

Na leitura do contexto local, através da visão holística e da concepção de sistemas, é possível obter as relações existentes entre todas as ações ocorridas no interior de uma unidade familiar. Caporal (2005) traz esses conceitos para dentro da nova ATER, como enfoque para avaliação dos resultados “em termos de estabilidade, resiliência, durabilidade no tempo e produtividade do agroecossistema como um todo (ou unidade familiar de produção) e não de um cultivo em particular.”. Atente-se para que o autor considera a visão além da produção agrícola: na concepção de agroecossistema entendido como unidade familiar de produção.

⁷ Holismo - “As partes não podem ser compreendidas separadamente do seu todo e o todo é diferente da soma de suas partes. As partes podem desenvolver novas características ou podem surgir partes totalmente novas.” (CARMO *et al*, 2008).

A importância das Construções no interior da unidade familiar

A unidade familiar representa, no contexto da agricultura familiar, funções que vão além de uma simples empresa agrícola. É caracterizada pelo fato de ser dirigida pelo agricultor, sendo o chefe da família, e utilizar mão-de-obra familiar. A partir disso, o espaço representará uma lógica familiar, segundo Lamarche (1998), regida por sentimentos relacionados à terra, ao trabalho e à reprodução da família na unidade produtiva.

As construções existentes em seu interior refletem as tradições culturais da família rural e suas modificações remetem ao contínuo processo de adaptação às exigências externas de sobrevivência no mercado agrícola, na sociedade.

Entre essas construções está a moradia, na necessidade intrínseca ao ser humano de morar; seu espaço representa, além do valor moral, um valor econômico e social. Acaba representando a identidade dos sujeitos que ali vivem, principalmente quando o poder de decisão na construção é maior que as forças externas do processo de obtenção da moradia.

Além disso, outras benfeitorias se fazem presente na necessidade de reprodução da família, tendo como base os princípios gerais de seu funcionamento interno. Como consequência há, constantemente, a preocupação com a valorização do patrimônio produtivo (meios necessários para a produção), para garantir a permanência na terra e segurança para a família.

A ocupação do espaço traz uma leitura das origens e das transformações das relações sociais, econômicas e culturais da agricultura familiar, que, diante da diversidade constante no próprio rural, a unidade familiar será representada pela luta pelo espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e na estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família (pelo pedaço de terra, pelo roçado, pela moradia e seu quintal).

Com isso, para reflexo dos Assentamentos Rurais, as construções existentes em seu interior representarão os processos diversos pelos quais os assentados passaram antes de se assentar; cada lote é uma unidade peculiar que retrata aspectos sociais e culturais do sujeito e do grupo ao qual pertence, delimitados, principalmente, pelo poder econômico deste. Isso, dentro do assentamento, se refletirá numa diversidade resultante das culturas, dos objetivos diversos dos assentados.

“A produção para autoconsumo, cujo primeiro e geralmente principal item costuma ser a implantação da casa de moradia, independente da ocupação de parcelas das dimensões usualmente associadas com a idéia de reforma agrária, isto é, alguns hectares. Boa parte da produção para autoconsumo se exerce no interior da própria casa de moradia ou no quintal desta.” (RANGEL, 2005, p. 226)

As benfeitorias rurais no contexto da Agroecologia e da Sustentabilidade

Neste contexto está a questão da moradia nos assentamentos. A criação de um assentamento é marcada por múltiplos conflitos e interesses diversos, tanto de políticas governamentais, movimentos sociais e do próprio assentado, fazendo com que a constituição de uma moradia para a família assentada seja deixada em segundo plano, após a real formação do assentamento, ou em alguns casos com saídas encontradas pelo próprio assentado.

A organização espacial dentro do assentamento é uma questão abordada pelo MST, quando na fase inicial da criação do assentamento há a necessidade de determinar a distribuição dos lotes e locais de uso comum, pensando sempre na melhor relação, segundo Bertolini e Carneiro (2007), entre moradia, produção e natureza.

Porém, a moradia em si não é refletida aos olhos dos diversos aspectos provenientes de impactos tanto sociais, ambientais como econômicos, resultantes da elaboração e da construção de um empreendimento civil.

Estes aspectos estão presentes, no caso da construção, na abordagem dos materiais a serem utilizados, no custo do projeto e em sua implantação. Apresenta-se também a reflexão da formação da paisagem na constituição da moradia com o seu entorno e, principalmente, na função da moradia para o assentado, sendo diferenciada do objetivo urbano de se viver, estando relacionada com o bem estar, o fluxo interno de utilização da moradia. Torna-se necessário pensar, além disso, nas questões pessoais de higiene e saneamento.

A Sustentabilidade e a Agroecologia, direcionadas à preocupação com a transição de um modelo de produção agrícola, perde em vista os impactos resultantes das benfeitorias na unidade familiar. Conformam-se, através de financiamentos, modelos de construção que não incluem: a dimensão **espacial**, da leitura da paisagem, do entorno; a **cultural**, na falta de refletir as origens e os processos naturais da família

agrícola; a **social**, com o bem estar e qualidade de vida; a **política**, no próprio processo de conquista da moradia e outras benfeitorias; a **ambiental**, impactos provenientes dos materiais utilizados e do próprio projeto; a **econômica**, o custo do empreendimento civil; a **ética**, que representa a própria satisfação da necessidade de morar.

Costa Neto e Canavesi (2002), quando discutem a possibilidade da disseminação da reforma agrária agroecológica no Brasil, consideram que será afirmativa

*“(...) desde que se leve em consideração o caráter **multidimensional** da sustentabilidade na agricultura familiar, em geral, e particularmente nos assentamentos de reforma agrária.” (COSTA NETO e CANAVESI, 2002, p. 212, **grifo nosso**)*

Mesmo os autores posicionando o caráter multidimensional da sustentabilidade como visão cultural, de participação do sujeito no processo de uma “nova agricultura”, reforça-se, em sua frase, a questão da visão holística do lote, ou mesmo do assentamento como um todo.

Esses conceitos precisam estar em cada ato, para se justificar a adoção dos princípios agroecológicos e sustentáveis nas ações. Pois, a identificação do espaço rural, enquanto espaço particular de vida e de trabalho, se apresenta de vital importância para que o agricultor familiar se sinta forte o suficiente para enfrentar o presente com o saber tradicional e na busca por novos conhecimentos necessários para a inserção no mercado. Que se façam verdadeiras essas palavras:

*“A Agroecologia dá especial ênfase ao forte sentimento dos agricultores pertencerem a uma localidade, tendo nos lemas dos movimentos sociais “terra para trabalhar e **morar**” ou “local de trabalho e **vida**”, os nortes de sua atuação comunitária. Terra para deixar para os filhos, água para as gerações futuras: são pressupostos que estão na base da necessidade de se privilegiar os processos endógenos de mudança a partir do nível local.” (CARMO et al, 2008, p. 250, **grifos nossos**)*

CONCLUSÃO

Ao se pensar na implementação da sustentabilidade e da agroecologia dentro do assentamento, como busca de princípios a serem aplicados nos seus processos, é preciso

realizar uma reflexão sobre cada dimensão, imbuída dos preceitos propostos. Isto mostra que o econômico, o social, o cultural, o ambiental, o político, o espacial e o ético precisam ser considerados no delineamento do assentamento, em seus projetos futuros e de formação, tanto de representação dos componentes que englobam o assentamento, como a comunidade e o próprio assentado, visto como um agente único arbitrário de suas decisões e ações.

Frente a isso, as benfeitorias estão presentes na unidade familiar em comunicação com o entorno, com a produção agrícola e com o meio ambiente, sendo necessário revê-las no âmbito holístico de interação entre as partes e o todo, na compreensão das relações entre os sistemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, 31p. Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2000/Funcoes_e_medidas.pdf>.

Acesso em: 12 set 2008.

ALVES SOBRINHO, F. F.; FAGNANI, M. A. Os desafios do extensionista no ITESP: promover o desenvolvimento sustentável dos assentamentos rurais e da agricultura familiar. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.39, n.12, p. 53-65, dez. 2009.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, 87 p.

BERTOLINI, V. A.; CARNEIRO, F. F. Considerações sobre o planejamento espacial e a organização da moradia dos assentamentos de reforma agrária no DF e entorno. **Libertas**: Revista do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, p.203-227, fev. 2007. Edição Especial, ISSN 1980-8518. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2010/01/artigo11_2.pdf>. Acesso em: 18 maio 2009.

BORSATTO, R. S. *et al.* Agroecologia e valorização de novas dimensões no processo de reforma agrária: estudo de caso do acampamento José Lutzenberger. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.37, n.8, p.14-23, ago. 2007.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. G. (Org.). **O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: EMBRAPA, v. 1, 2000, 189p.

CAPORAL, F. R.. **Bases para uma nova ATER pública**. Santa Maria, 2003. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20publica.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Brasília, 2005.. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/39cbeef/campanhas/Documentos%20para%20aprofundamento%20Agroneg%C3%B3cio%20Florestal/5o%20Encontro/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20ATER%20-%20Caporal.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.13, p.70-85, jul/set. 2002.

CARMO, M. S.; PINTO, M. S. V.; COMITRE, V. Estratégias agroecológicas de intervenção em assentamentos humanos: extensão para um rural sustentável. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.) **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA, 2008, p. 239-270.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. México: CLACSO, 2002, p. 203-215.

FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade**. Estudos, Sociedade e Agricultura, n.18, 2002, p. 28-46.

FROEHLICH, J. M.; MONTEIRO, R. C. Transformações semânticas recentes do “termo rural”: uma leitura a partir da perspectiva urbana. **Raízes: Revista de Ciências**

Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 21, n. 02, p.304-312, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_85.pdf>. Acesso em: 19 maio 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Nova economia**, Belo horizonte, v. 1, n. 7, p.43-81, mai. 1997.

HACKBART, R. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 19 mai 2010.

INCRA. **9ª Jornada de Agroecologia inicia nesta quarta-feira no Paraná**. 20 mai 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&id=1&Itemid=278>. Acesso em: 22 mai 2010.

ITESP. **Fatos da Terra**, Ano IV, n. 13, ago/set. 2003. Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/FatosTerra13.pdf>>. Acesso em: 22 mai 2010.

LAMARCHE, H. As lógicas produtivas. In: LAMARCHE, H. (Coord.); **A agricultura familiar - Volume II. Do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 61-89.

LIMA, I. S.. A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da extensão rural para o desenvolvimento local. **Unirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1-9, jul. 2006. ISSN 1809-4651. Disponível em: <http://www.alaic.net/ponencias/UNIrev_SLima.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.), **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 2 ed, 1998, p. 197-226.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 43, n. 15, p.83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 19 mai 2010.

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.) **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA, 2008, p. 172-219.

PINHEIRO, S. L. G. **A evolução do enfoque sistêmico nas ações de investigação, desenvolvimento e extensão rural: Da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems**. Florianópolis, s/d. Disponível em: <<http://www.cesnors.ufsm.br/professores/oscar/textos-didaticos/Visao%20sistemica-Pinheiro%20%28de%20hard%20a%20soft%29.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

RANGEL, I. A questão agrária brasileira – 1957-1986. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 171-233.

SACHS, I. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 29-56.

TONÁ, N.; GUHUR, D. O diálogo de saberes, na promoção da agroecologia na base dos movimentos sociais populares. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p.3322-3325, nov. 2009. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/9029/6310>. Acesso em: 19 mai 2010.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.15, out. 2000.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001, p. 31-44. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 25 ago 2008.